

# PENSAR SEXUALIDADES MENORES COM CRIANÇAS: ENTRE IMAGENS DO FAMILIAR E DO INFAMILIAR<sup>1</sup>

Alexandre Filordi de Carvalho<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo constituir uma análise do que são as sexualidades menores pensadas por meio de imagens infamiliars. A partir do pensamento de Guattari e Schèrer, avança-se na compreensão da semiologia de formação de poderes constituídas no que se concebeu como imagosfera. A hipótese é a de que há na sociedade contemporânea uma atualização da semiologia de formação de poderes familiares para se produzir uma espécie de servidão expressiva das crianças. Nessas condições, a potência subjetiva singular da criança se reduz a uma infância integrada ao familiar, impactando diretamente na perspectiva de suas sexualidades. Por outro lado, investiga-se como é fundamental pensar a criança na dimensão do infamiliar considerando experimentações com imagens igualmente infamiliars, resultando na saída dos protótipos de sexualidades significadas, tal como propõe o sentido de sexualidades menores.

**Palavras-chave:** Sexualidades menores; Crianças; Infâncias; Infamiliar; Imagens.

## Thinking minor sexualities with children: between familiar and uncanny images

**Abstract:** The paper aims to constitute an analysis of what are the minor sexualities thought through uncanny images. Fromm the thinking of Guattari and Schèrer, it advances to understanding the semiology of the formation of powers constituted upon what was conceived as imagosphere. The hypothesis is

---

1 Este artigo é produzido no escopo das pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo 20/04174-7) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq - Processo 310429/2020)

2 Universidade Federal de Lavras. E-mail: afilordi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4510-9440>.

that in contemporary society there is an updating of the semiology of the formation of family powers to produce a kind of expressive servitude of children. Under these conditions, the child/s singular subjective potency is reduced to a childhood integrated with the family values, directly impacting the perspective of their sexualities. On the other hand, it investigates how is central to think about the child around the dimension of the uncanny, considering some experimentation, all the same time, with uncanny images, resulting in the lift off from all prototypes of signified sexualities, as proposed by the meaning of minor sexualities.

**Keywords:** Minor sexualities; Children; Childhood; Uncanny; Images.

## **CRIANÇAS ENTRE O FAMILIAR E O INFAMILIAR: QUESTÕES INICIAS PARA AS SEXUALIDADES E A IMAGOSFERA**

Em texto inédito, sem data, depositado no *Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine* (IMEC) na cota GTR 66.18, Félix Guattari tece alguns esboços para ideias acerca da compreensão das infâncias produzidas sócio-historicamente. Intitulado *Algumas notas sobre a infância: da proteção da infância ao trabalho familiar. Elementos para uma experimentação* (*Quelques notes sur l'enfance: De la protection de l'enfance au travail familial. Quelques éléments pour une expérimentation*), Guattari tece várias considerações de como as estratégias discursivas, anteparadas pelas multiplicações das instituições devotadas a “proteger” a infância, inclusive a escolar, criaram condições associativas de proteção com conservadorismo.

Conforme Guattari, o conservadorismo é uma reduplicação dos valores burgueses que vislumbram em todo e qualquer desvio das finalidades cogitadas para o seu peculiar funcionamento uma verdadeira ameaça. Foucault (2015), em *A Sociedade Punitiva*, curso ministrado no *Collège de France* em 1973, deixa bem evidente, a partir da aula de 24 de janeiro, os processos de emersão dos esquemas punitivos, porém, no sentido da defesa social burguesa. O esquema moralizante voltado para as crianças ecoa não apenas na fixação das formas que prevaleceram nas escolhas sociais de punição, gerando demanda de vigilância constante de suas atitudes e comportamentos. Todavia, a sociedade burguesa também fez da família o lugar privilegiado de concentração dos esquemas protetivos a amálgama moralizante dos corpos das crianças, perspectiva fartamente desenvolvida por Donzelot (1980) em *A polícia das famílias*.

A proteção da infância da criança, ou seja, de sua subjetividade produzida para ser cumprida a partir de circuitos programados de como cada uma deve responder aos anseios, às atitudes, aos comportamentos, às virtualidades de seu corpo, aos decalques normativos de sua saúde, sexualidade, fala etc., localiza-se na encruzilhada das armadilhas da “proteção” da criança. Embora a criança deva mesmo ser protegida das agressões do mundo e de tudo que a fragiliza, uma vez ser ela dependente do universo do adulto, é a captura da criança pelo familiar, de modo contínuo, a ameaça à sua singularidade. Espécie de inversão protetiva, o familiar conjura a criança a reduzir qualquer potencialidade afirmativa de sua singularidade, em nome da adesão voluntarista dos valores esquematizados, para congelá-la na moral burguesa.

Assim, a propósito da proteção da criança, Guattari (GTR 66.18) fez uma importante observação: “*protégê-la contra o quê?*”. Referindo-se algumas vezes às ideias iconoclastas de Schérer e Hocquenghen (1976) em *Co-ire: albumsistematique de l'enfance (Coir: álbum sistemático da infância)*, lamentavelmente inédito no Brasil<sup>3</sup>, publicado em 1976 na França pela *Revue du CERFI*, Guattari destacou o peso da dimensão do familiar no “álbum” da infância. O familiar se delineou à sombra do apagamento do estrangeiro. No seu lugar, figurinhas representacionais a serem decalcadas sobre a infância serializada, fazendo dela uma coleção fechada e programada, tal como funciona um álbum. Estar à vontade “em família” é uma espécie de economia reconhecida de valores a negociar a confluência dos sentidos e significados reconhecidos como próximos, usuais, previsíveis, regrados e controlados. O infamiliar<sup>4</sup> é o estranho-estrangeiro a atizar no familiar o inconveniente da incompreensão e do irreconhecível. Fora dos segredos familiares, o infamiliar é o delírio proibido na própria família, o desqualificado inapreensível, ao menos enquanto não for capturado pelo familiar e seus coeficientes de fazer-se conhecido, controlado, interiorizado e significado sem imprevistos.

Assim, a criança tem de ser protegida contra o infamiliar. Estar sempre próximo da criança faz-se necessário, note-se bem, para delinear com muita visibilidade os limites a esquadrinhar o que ela pode ou não pode a fim de ser

---

<sup>3</sup>À/ao leitor/a interessada/o, há uma relevante tese abordando as críticas elaboradas por Schérer e Hocquenghen acerca da moralização, captura, sujeição e deformação da infância e da criança. Inclusive, seu autor fez uma tradução de todo *Co-ire*. Vide: AMARAL E SILVA, Eduardo (2016).

<sup>4</sup>Recepciono o termo a partir da obra homônima de Freud (2019) *O infamiliar (Das Unheimliche)*. Como será visto à frente, não se trata de mesma feição que o psicanalista desferiu ao infamiliar, sobretudo na dimensão da psicose. No artigo, o infamiliar ganha contorno próprio em sentido meramente antípoda do familiar.

reconhecida como o igual familiar. Sendo assim, é preciso proteger a criança de tudo que possa seduzi-la para as falésias do infamiliar. Para tanto é que existem as/os boas/ns sedutores. A sedução das “tias” da creche, por exemplo, conforme Guattari (GTR 66.18), deve repercutir as boas vozes maternas e paternas a funcionar como geolocalizadores subjetivos de uma ordem que deve reinar. Estas, por sua vez, espelham a conveniência dócil, palatável e já embrulhada em papel de presente sedutor, estampando a multiplicidade de ordens discursivas das/os especialistas a salmodiar loas, desde os bons fundamentos da educação. Nessa argamassa fina, necessária para se adentrar em todas as brechas da criança, também se aprende o que é familiar no meio universitário; na glosa dos jargões da “boa” psicologia do desenvolvimento; no pedagogismo dos manuais do que “é” uma criança; nos bons modos de se pensar educar todas as crianças com as mesmas competências, atitudes, habilidades e tantas outras figurinhas.

Os saberes para as crianças precisam, igualmente, ser familiares. Aqueles destinados a dar vasão ao infamiliar da criança; à sua sexualidade emergente, fora do protagonismo de “meninos vestem azul e meninas vestem rosa<sup>3</sup>; saberes falantes de línguas estranhas ao *latim* pedagógico; ou nômades em suas explorações e investidas (CARVALHO; GALLO, 2022); saberes em deriva, para além das bordas referenciadas por convenção, tradição, Deus, família e pátria, acabam sendo perseguidos, presos, torturados para confessar suas falhas, exilados ou colocados nos calabouços da ignomínia, não sem antes, contudo, de produzir o velho efeito de reforço das ortodoxias.

Proteger as crianças da sedução do infamiliar e dos saberes passíveis de “desviá-las” da boa infância deflagra uma segregação topológica para as crianças. Segundo as observações de Guattari (GTR 66.18) e as de Schèrer e Hocquenghen (1976), o familiar acaba funcionando como uma ferramenta de produção de segregação da infância. Das crianças para as quais se projeta um tipo familiar de infância, concomitantemente, delineiam-se demandas próprias – aqui inclusive no sentido higiênico e salutar – de adequação aos equipamentos sociais familiares. São eles responsáveis por reforçar todas as práticas autorizadas para as crianças no âmbito da educação, saúde, segurança, estética, direito, sexualidade e sucessivamente.

---

<sup>3</sup>Enojada expressão de uma ministra de Estado do Brasil, proferida em “defesa” das crianças, proferida ao assumir o cargo no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Vide: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

As crianças fora dos circuitos autorizados pelo familiar recaem na estranheza do infamiliar. A violência para a qual são destinadas, lançam-nas para guetos configurados de saturação identificatória, responsáveis por projetá-las, desde o presente, no feixe luminoso de um futuro ameaçador, que precisa ser combatido. Tais crianças estão mumificadas nos diagnósticos normopatologizantes; sequestradas pelas fundações e instituições para o “bem estar do menor” e devolvidas às mesmas condições sociais desumanas; expostas ao abandono da precarização, com suas redes justificadoras de vulnerabilidades; assinaladas na vexação expositiva de suas singularidades, elas não podem desestabilizar os códigos do “bom” gênero sexual, do bom-mocismo da sexualidade ou da boa-subserviência da princesinha do papai e da mamãe, iniciações básicas ao que se esperará da criança menino-menina, pois, fora disso, o infamiliar precisa ser recuperado, tratado e adequado para ser devolvido ao familiar.

As considerações gerais acima serão requisitadas neste texto como pano de fundo da seguinte hipótese: é possível afirmar que há na sociedade contemporânea uma atualização de semiologias de formação de poderes familiares a produzir uma espécie de servidão expressiva para, paralelamente, trabalhar a potência da subjetividade da criança em uma infância integrada ao familiar. Isso ocorre no que será denominado de imagosfera, isto é, trata-se de complexa e interligada rede de uso variado de imagens, a fim de familiarizar a criança com subjetividades pré-requisitadas, o que, é de se supor, envolve as sexualidades reduzidas ao familiarismo.

Se é bem verdade que isso não é novidade, por outro lado, as formas mais fluidas de comunicação elevaram à banalização cotidiana tais semiologias. A infância, então, passou a ser forjada e introduzida por um complexo panorama imagético de valores de referência majoritários, destinados à sua “proteção”, desde que já concebida como adesão ao familiar. Ora, o que se denominará de sexualidades menores, nesse caso, inscreve-se ao circuito dos políticas infamiliares de produção de subjetividade para, com e a partir das crianças.

Enquanto há a prevalência de agenciamentos de imagens familiares, perguntamos: como é concebível pensarmos experiências com formas expressivas que permitam às crianças o encontro com o infamiliar? Qual a relevância e possibilidades das imagens nessas condições? Que tipo de análise teórica pode nos situar entre compreensão da formação do familiar para as

crianças e os lugares problematizadores do infamiliar? Onde, como e por que as sexualidades menores aí são relevantes?

Para tanto, o texto tem por objetivo constituir uma análise do que são as sexualidades menores, não sem antes avançar na compreensão da semiologia de formação de poderes, que lançam mão de toda forma imagética, inclusive a do cinema, no sentido que para Deleuze (2015) é “imagem em movimento”, a fim de garantir a concórdia familiar ou a moralização irremediável da criança.

## **INTEGRAÇÃO SUBJETIVA, SERVIDÃO EXPRESSIVA E EMBRIAGUES DO DEFINIDO: O FAZER-SE FAMILIAR PARA AS CRIANÇAS**

Em *Um outro mundo: a infância*, DeLauwe (1991) nos oferece farto material com o intuito de sustentar a seguinte tese: a infância constituída para a criança ocidental é preponderantemente resultado de um jogo de idealização a ela interposta por imagens-guia ou imagens-modelo. Em cada imagem-guia situa-se “modelo de comportamento, e serve para orientar de modo normativo os comportamentos e os papéis dos indivíduos” (DE LAUWE, 1991, p. 15). Logo, as experiências educativas destinadas às crianças pressupõem o lugar modelar de certas imagens-guia da infância.

O modelo resguarda padrão repetitivo, destinado a investir nas potencialidades da criança com carga extratora de respostas adequadas, conforme o padrão normativo-social idealiza a performance da criança. Exemplo: personagens destinados às crianças, construídos conforme as diretrizes de grandes empresas de entretenimento. Assim, um filme infantil de sucesso não depende meramente de certo enredo, mas muito mais de sua capacidade de espelhar emoções, afecções e expectativas controladas: frustrações preparadoras para se receber carga de realização emocional de maneira cronometrada e intencional; suspense intervalado com descontinuidades calculadas; adjunção musical capaz de ampliar a experiência da afecção; distribuição *grosso modo* de uma política de rostidade identificatória: rosto de vilão/ã, mocinho/a, herói/na, príncipe/princesa, bruxo/a etc., que devem aderir ao desempenho de papéis prescritivos; repetição cíclica de generificação de *happyend*, acomodando à predestinação de todo papai-mamãe o familiarismo social e aceitável, e sucessivamente.

Entretanto, um filme infantil transformou-se, em grande medida, numa peça publicitária com outras escalas de temporalidade. Não seria absurdo afirmar que nos dias atuais a vida é um intervalo das peças publicitárias a vender subjetividades de consumo imediato. Com propósito planejado, após um lançamento cinematográfico voltado ao público infantil, mas não apenas, o enredo imaginado para ela é prolongado e distribuído em dosagens contínuas de fluxos expressivos: jogos, mochilas, lancheiras, roupas, tênis, maquiagens, bonecos/as, miniaturas, copos, doces, biscoitos, salgadinhos, decorações, roupa de cama, toalhas, bonés, óculos, lápis, cadernos, sem contar com as festas de aniversário cuja ambiência reprisa *ad nauseam* gueto do imaginário *prêt-à-porter*. Tudo isso comporá a sintaxe expressiva para e do universo infantil.

Crianças, responsáveis, pais, mães, adultos, educadores/as, vizinhos/as, familiares, corpo clínico, profissionais das funções-psi, enfim, a rede social é inteiramente afetada, demandada e trabalhada. Por um lado, porque a imagem-guia não é produzida do nada, porém, do próprio anseio social que a respalda com valores negociados e reconhecidos. Por outro lado, porque o acesso da criança à imagem-guia não se dissocia das idealizações dos adultos que a introduzem em determinados modelos de infâncias escolhidos para as crianças. A infância construída de modo corporativo (STEINBERG; KINCHELOE, 2001) é, com efeito, a justa medida da conveniência das modelagens expressivas das crianças.

A menção às modelagens expressivas, introduz-nos ao complexo jogo da idealização da infância, por sua vez, conjugada como sinônimo do aceitável diante do inaceitável. Entre o aceitável e o inaceitável, dinamizam-se estratégias simbólicas para se gestar a infância assimilável e inassimilável, isto é, aquela devotada ao encontro da replicação modelar de suas idealizações. Reduzem-se, então, as pluralidades das infâncias à infância-mestre, ou melhor, à infância-guia de todas as infâncias, espécie de prisma de política convergente das potencialidades singulares das crianças. Enquanto isso, as infâncias das crianças divergentes precisam ser normalizadas até se acomodarem às representações preparadas de antemão para a realização homogênea de sua “boa” adequação social, mas também de sua “boa” adequação de sexualidades, de competências, de habilidades, de escritas, de função somática, de emoções, enfim, de sua matéria subjetiva por inteira.

Ocorre um giro interessante quando se passa a situar o delineamento geral da perspectiva acima no registro daquilo que foi designado por Guattari

(2013) de integração subjetiva. Segundo seus argumentos, não se trata mais de pensar as relações de poder destinadas à constituição de sujeitos na contemporaneidade conforme etapas de eficiências distintas, algo próximo ao que Foucault concebeu como sociedade soberana, disciplinar, biopolítica ou de governamentalização neoliberal<sup>6</sup>. Para Guattari, a contemporaneidade integra todas aquelas estratégias com o intuito de sempre abranger a subjetividade, circunscrevendo-a às modelizações do funcionamento das relações de poder.

A sociedade de integração é o *a priori* do capitalismo atual. As teses lançadas por Guattari em conjunto com Deleuze em *O anti-Édipo* (2010) já assinalavam para tal direção: o capital mais rentável para o capitalismo é a subjetividade humana, pois dela se extrai toda forma de exploração com roupagem benevolente. Além do mais, se a própria “desordem do mundo advém da desordem subjetiva” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 172), em efeito inverso, haveríamos de supor que certa ordem do mundo advém da ordem subjetiva. Daí a ênfase atual na adequação eficiente, reduplicada e unívoca, não, contudo, sem a defesa das capacidades que a fantasmagoria do mercado exige e projeta. Ordenar a subjetividade é, então, untar as engrenagens do funcionamento do mundo vigente para que as potencialidades subjetivas sejam modeladas para convir à imagem e semelhança do *deus ex machina* que nos redime de toda história que ousaria escrever algo fora dos circuitos do próprio capitalismo.

Ora, o sequestro das potências singulares das infâncias pelas formas dominantes situa-se no manejo de uma semiologia de significação. A criança é introduzida em uma imagosfera para ser iniciada às demandas de expressividades dominantes. A imagosfera corresponde à onipresença e à ubiquidade das imagens na vida contemporânea. Se são imagens em movimento, como no cinema, ou se são encontradas em pequenos vídeos, em suportes diversos – figurinhas, jogos, encartes, decoração etc. – não é relevante. O que conta é a sua presença total no cotidiano. A imagosfera é a educação dos sentidos antes da educação formal; a imagosfera é o currículo dos currículos, pois em toda expressão haverá um conteúdo circulando valores, visão de mundo, fronteiras a produzir identificações por mimese, sem contar seu consenso moral e seus juízos de valores; a imagosfera é a escola sem muros,

---

<sup>6</sup>Para a compreensão desses aspectos, desde o pensamento de Michel Foucault, ver: CARVALHO (2007). Convém, contudo, lembrar que o próprio Foucault (2008) ressaltou a interpenetração das estratégias de poder entre sociedade soberana, disciplinar e o que começava estudar como governamentalização, conforme lemos em *Segurança, Território e População*.

sem horário fixo, sem socialização de carne e osso, pois as imagens estarão disponíveis o tempo todo e em qualquer lugar; a imagosfera é a nova formação continuada, pois não se finda nunca e se desdobra continuamente pelo tom novidadeiro que, a bem da verdade, é a velha rabugenta maneira de introduzir a subjetividade ao mesmo: familiarismo.

Guattari (2011; 2012) compreende por semiologia de significação as complexas maneiras pelas quais, por intermédio do uso variado de signos, reduz-se a possibilidade expressiva à mera conversão de conveniência adaptativa. A semiologia de significação é o que nos introduz a uma gramatologia de poder (CARVALHO, 2022). Quer dizer, somos atravessados por regras fixas, sintaxes reconhecidas e morfologias peculiares de relações de poder, entretanto, reatualizadas com sinais que são passados adiante de forma prevista. Como se não bastasse,

[f]ormar frases gramaticalmente corretas constitui, para um indivíduo “normal”, a precondição para toda submissão às leis. Ninguém pode ignorar a gramaticalidade dominante, do contrário se destina às instituições organizadas para os sub-homens, as crianças, os desviantes, os loucos, os inadaptados; remetidos ao subsistema de gramaticalidade, serão interpretados, traduzidos, adaptados. [...] Toda cristalização de competência como norma e enquadramento de performances concretas sempre são sinônimo do estabelecimento de uma posição de poder (GUATTARI, 2011, p. 30 - aspas originais).

Bloquear o acesso a todo tipo de linguagem capaz de deflagrar experiências distintas daquelas consagradas pelos códigos aceitáveis e com as mesmas manifestações de verdade é função precípua da gramatologia do poder. Não obstante, estendida a sua compreensão às distintas formas expressivas, tal como as imagens o são, também é interessante considerá-las úteis ao sistema geral de introdução aos mecanismos de equivalência de sentidos. Aqui, sentido concerne ao próprio significado possível e, igualmente, abrange dimensões do sentir.

Uma criança, perante qualquer imagem, é introduzida a uma possibilidade delineada de sentidos. Mas para a semiologia de significação, o sentido resguarda o trabalho preliminar e controlado da riqueza dos afetos e afectos, a fim de assegurar que a criança seja “equipada com modos de percepção e de normalização de desejo” (GUATTARI, 2012, p. 102). Afirmar, portanto, que “o poder não pode se manter a não ser enquanto se apoie em

semiologias da significação” (GUATTARI, 2012, p. 381) acaba sendo revelação premeditada. Por conseguinte, pode-se dizer que os circuitos da imagosfera têm por princípio inicial dar condições de funcionamento a um círculo enorme de prevenção ao infamiliar.

Ao modo de Donzelot (1980), não seria equivocado pensar que a iniciação das crianças na imagosfera é condição pedagógica não-formal com as quais e pelas quais são circunscritas às etapas de filtragem e de projeção acerca da “infância em perigo” e da “infância perigosa”. Ao considerar que “o cinema, a televisão e a imprensa se tornaram fundamentais para formar e impor uma realidade dominante e de significações dominantes”, Guattari (2012, p. 384) assinala que a semiologia de significação dominante afluí como o carcereiro da infância perigosa. O carcereiro, é sabido, é a designação última de Foucault (1997) em *Vigiar e Punir* para assinalar a presença totalizadora das estratégias de vigilância dos corpos e das subjetivas nas sociedades ocidentais, justamente com o intuito de mitigar, por prevenção, seus riscos, desvios e suas ameaças, cuja encarnação são seus sujeitos.

Se há um ensino obrigatório na contemporaneidade, ele poderá ser encontrado nos repertórios da imagosfera. Desde então, aprende-se que toda singularidade deve ser evitada e abolida. Os circuitos programados do reconhecimento de significados são transposições de demandas familiares. Imagens, sob tal ótica, precisam ser consideradas como signos de pilotagem subjetiva. Precocemente as crianças são integradas ao circuito de servidão expressiva para o qual, fora dele, é preciso defender a criança. Os valores de referência significados, nesse caso, padecem por ebriedades do definido, isto é, a infância precisa ser inoculada às crianças para ser performada de modo unívoco e unísono. Sinais precoces de não adesão à servidão expressiva ativam os dispositivos de controle das infâncias, agindo inclusive em qualquer banalidade, afinal, significar é preciso. A imagosfera de controle, por sua vez, tratará de regar e desenhar ou filmar ou representar a própria regularidade autorizada como sentido viciado. De tal modo, as infâncias convergem para o centro da semiologia dominante com o propósito de assegurar que a ebriedade do definitivo, por intermédio das imagens palatáveis e já negociadas, não cogitem o impensado, o inusual, o intempestivo, o estranho, o a-significado, o inassimilável ou o mero irrompimento do não planejado, como há de ser com as infâncias.

Sem demora vem à lume a suspeita de como relações de gênero e sexualidade padecem das inflexões da integração subjetiva com sua servidão expressiva e embriagues do definido. Lugar privilegiado dos focos de significados dominantes, a imagosfera vela pelas sexualidades das crianças reforçando os atravessamentos normadores da gestão da infância inadaptada. Que não se ignore, portanto: a imagosfera satura o corpo da criança com protótipos de sexualidades significadas. E é justamente na fronteira, ou melhor, nas franjas da imagosfera que temos de pensar as possibilidades do infamiliar das/nas infâncias como afirmação de experiências cuja vida não redunde à unidade de sentido das imagens-guia da infância.

### **SEXUALIDADES MENORES: IMAGENS PARA E/OU COM CRIANÇAS INFAMAMILIARES**

Em 1949, Deligny (2008) publicou um livro com o seguinte título: *As crianças têm orelhas (Les enfants ont des oreilles)*. Chamando a atenção para a destinação traçada comercialmente para as crianças, tratava-se de defender o lugar de suas experiências de singularização expressivas e de suas histórias como espaço a ser vivido pelas multiplicidades de infâncias possíveis. As crianças têm orelhas porque são capazes de escutar o mundo para nele habitá-lo singularmente. Mas a pedagogização da criança não a considera assim. Inflige sobre a criança uma infância que ela é obrigada a escutar para se orientar na vida. O cuidado da infância, nesse sentido, se desdobra no excesso de sua modelização. Paradoxalmente, as experiências educativas seriam aquelas destinadas a ser *coorelhas* das crianças, isto é, potencializar a sensibilidade de sua interação com a vida, o mundo, os outros, consigo mesma e suas singularidades, quer sejam as de gênero, as de corpo, as de mobilidade etc.

Entretanto, isso demanda presença com a escuta da criança, logo, certo âmbito de dedicação, ou melhor, de presença. Todavia, é curioso notar como Deligny (2008, p. 239) prenunciava a captura das infâncias pela hegemonia de sentidos corporativos, para não se dizer lucrativos:

Se o/a educador/a, sob o pretexto de não *perder tempo*, recusa-se a dedicar às crianças, sempre haverá corporações prontas a fazê-lo e a escalada comercial saberá aproveitar todas as oportunidades<sup>7</sup>.

<sup>7</sup>Na tradução que realizei do fragmento, acrescentei dimensão inclusiva ao termo educador (*éducateur*) e fiz a opção de traduzir *commerçants* por corporações, pelo fato de a expressão nos dias atuais ser algo mais próximo à construção corporativa da infância (STEINBERG; KINCHELOGE, 2001) e da axiomática capitalística (GUATTARI, 2012) que apreende a criança como matéria lucrativa. Eis o trecho no original: “Si

Menos pretexto e mais força atualizadora, com Deligny também afirmamos que as crianças têm olhos. E não é da visão ou perspectiva delas que, infelizmente, seus mundos são constituídos. Excessos de viseiras pedagógicas, conformadas às conveniências das corporações discursivas vão medicalizando as crianças, moralizando-as, patologizando-as, inventando novos distúrbios e, não menos importante, estiolando a curiosidade, sobretudo quando se trata das sexualidades das crianças. Afinal, papai-mamãe são faturas reduplicadas no familiarismo caduco da escola, dessensibilizada aos ouvidos e aos olhos das crianças.

No caso das sexualidades, o familiar se traduz em complexa e sensível rede de tutelamento da escuta e do ver. A curiosidade das crianças acerca de suas sexualidades é escutada apenas com ouvidos dogmáticos, carolas, às vezes, meio surdo. Mas são igualmente as orelhas acostumadas às ladainhas da repetição do mesmo: geopolitizar o corpo para que mãos se resguardem de explorar o corpo; prenciar sentidos por aquilo que se quer ouvir como correição e normalidade; reverberar a velha história comparativa: “no meu tempo”; “antigamente”; “quando havia respeito”; “antes não era assim”; “em nome da família” e tantas outras lengalengas.

Para os olhos não haveria de ser diferente. Pior ainda, as crianças não podem ter olhos para suas sexualidades e tampouco para outras sexualidades. Pedagogizar as sexualidades das crianças é edipianizá-las, não, porém, porque apenas elas têm de se voltar ao arcaico identitarismos papai-mamãe (DELEUZE; GUATTARI, 2010), onde menino decalcará papai e menina transfixará mamãe. É mais que isso, edipianizar as crianças é furar seus olhos e exilá-las de seus corpos. Eis a semelhança a Édipo: vazar os olhos para não enxergar a transgressão inapelável; isolar-se para anunciar a esquiva de ter que viver no mundo com outros olhos.

Ora, quando em *O anti-Édipo* Deleuze e Guattari (2010, p. 388) afirmaram que “a sexualidade é o investimento inconsciente de grandes conjuntos molares”, dentre tantos aspectos, anunciavam a sexualidade como território do familiarismo. O inconsciente aqui é o grande arquivo a resguardar as mesmas linhas produtivas de desejo, que devem convergir para a boa família estável e arregimentadora do espelho burguês. Foi sempre esta mesma burguesia, bem atinou Foucault (2005), que no lugar de recalcar o sexo, com

---

l'éducateur, sous prétexte de ne pas perdre de temps, refuse de contenter les enfants, il y aura toujours des commerçants prêts à le faire et la surenchère commerciale saurait jouer de toutes les atirances”.

todas suas possíveis sexualidades, o fez falar, incessantemente, contudo, com a mesma glossolalia discursiva, instalada com conforto nos divãs das táticas de poderes que deviam esconjurar os perigos que ousassem a se desviar do papai-mamãe. É no corpo pedagogizado da criança, ainda repercutindo Foucault, que encontramos o corpo sexualizado a ser instigado a falar o tempo todo com a mesma língua. Todavia, antes, ele foi submetido a ouvir os mesmos ditos, conselhos, sermões e prescrições; seus olhos foram apascentados para bem enxergar, nas regras moralizadas da conveniência do uso de sua sexualidade, a incitação plagiada de “um” mesmo corpo, “uma” mesma sexualidade. Para que não haja dúvida, demos à palavra a Foucault (2005, p. 118, aspas originais):

Perdoem-me aqueles para quem a burguesia significa elisão do corpo e recalque da sexualidade, aqueles para quem luta de classe implica no combate para suprimir tal recalque. A “filosofia espontânea” da burguesia talvez não seja tão idealista e castradora, como se diz; uma das suas primeiras preocupações, em todo caso, foi a de assumir um corpo e uma sexualidade.

Ora, a sexualidade molar não é outra senão a de “um” corpo e a de “uma” sexualidade. Não há plurais possíveis sob as políticas de linhas de cristalização de desejo. É isto que quer dizer molar: lugar de fixação identitária; espécie de perfuratriz a cavar buracos nos quais são plantados baobás frondosos e verticalmente dispostos para serem reconhecidos de longe, gerando sombras confortáveis sob as quais o piquenique do familiar se farta sem assombros; o molar é toda linha-guia; há imagens-guia para e do molar, tudo deve se parecer com “um” corpo molar, com “uma” sexualidade molar. Assim, o molar é o maior; é o maior no sentido da prevalência de valor reconhecido; é a polícia-política instituída da normalidade ao redor da sexualidade cuja pluralidade foi castrada, acorrentada, jogada em calabouços profundos das falas, dos gestos e dos usos de prazeres corretivos.

O que havíamos afirmado acerca da semiologia de integração subjetiva, com todas as suas formações de poder, cabe lugar na sexualidade molar. Em outros termos, a imagosfera também é um investimento inconsciente de grandes conjuntos molares, destinada a apresentar uma mesma política de imagens cujos valores de referência se reportam às mesmas demandas iniciáticas de “um” corpo e de “uma” sexualidade. Saturar as crianças com imagens molares é fundamental para se pedagogizar a sexualidade. Os olhos das crianças precisam precocemente ser saturados pelos signos do familiarismo. Nada de experiências

com imagens que possam traduzir o oposto da sexualidade molar-maior, ou seja, as sexualidades menores.

Em tempos em que a sexualidade passou a reverberar as funções modelares de subjetividades e suas potencialidades singulares foram reduzidas à conformidade de um “corpo-forma-publicidade”, na interessante expressão de Redeker (2014), é preciso consumir na imagosfera equivalentes expressivos em doses cavalares. A semiologia de dominação, assim, bloqueia níveis de experiências expressivos que pudessem apenas afirmar que as crianças também têm olhos para sexualidades menores. O consumo de imagens é a nova ida ao confessionário, visando esquadrihar o infamiliar nas sexualidades para colocá-lo de joelhos diante da ortopedia expressiva. Por isso mesmo, tem de haver semiologia dominante, para se obrigar a expressar os sentidos homogêneos de sexualidade molar, espécie de suplemento infundável e saturador.

Não obstante, o que nos interessa são as sexualidades menores no encontro com as crianças infamiliars. As sexualidades menores confrontam o arquivo da sexualidade molar. Enquanto esta é amparada pelas políticas da imagosfera da semiologia da significação, com todos seus avatares preventivos contra o infamiliar, as sexualidades menores inventam o infamiliar. Logo, outro nível expressivo compõe o plano de consistência das sexualidades menores. A imagosfera de univocidade de sentido, porém, é a *Cruzada* renovada contra qualquer plurivocidade expressiva.

Dunker (2019), ao comentar *O infamiliar (Das Unheimliche)* de Freud, remarca questões merecedoras de destaque. Se na instância da familiaridade, ou seja, na substantivação identificatória do familiar, este, por sua vez, qualificativo primeiro a exigir materialidade de reconhecimento, prevalece o compartilhado donde valores, sensações, afetos e percepções ganham significados previsíveis, logo, sem “sustos” de sentido e de expressão, na infamiliaridade, o piso a dar suporte para sentidos e expressões são escorregadios. Ali, o reconhecimento familiar não pode parar em pé.

O infamiliar é experiência insurgente fora das amálgamas dos grandes conjuntos molares. E às expensas das sexualidades, resiste às imagens-guia do familiarismo, com todos os seus maneirismos de consentimento voltados à estabilização reprodutiva do conceber-se no corpo e na sexualidade representações precavidadas de experimentação de expressividade de sexualidades outras. Um só corpo, uma só sexualidade, reclama o familiar que os parasita.

Vários corpos expressivos, habitando multiplicidades de sexualidades informes e desconcertantes à embriaguez do definido, interpõem-se ao infamiliar.

Conquanto o infamiliar também estabelece um nexos experimental com a novidade e a estranheza; dá escuta e enseja aos olhares a incerteza e o conflito, no sentido do assombro e do espanto que experimentam; sai do confinamento orientador, deambulando-se na possibilidade da busca, sem necessariamente desejar confirmar a crença na realidade familiar; pensar sexualidades menores com ou a partir de imagens para crianças infamiliars, forçosamente, demanda de nós vizinhança com o que é próprio ao infamiliar.

A criança é ser infamiliar, por natureza. Quer dizer, quando nasce, convoca o familiar à desordem e, simultaneamente, começa a sofrer ajustes modelizadores de sua dimensão infamiliar para se *conformar*. A pedagogização integral da criança a reduz em um ser familiar (SCHÈRER, 2001). Por outro lado, quando as crianças podem dar vazão à experimentação de suas infâncias, com todas as singularidades e peculiaridades expressivas advindas de seus traços errantes (DELIGNY, 2018), elas afirmam a infamiliaridade. Ora, a imagosfera ritualiza a conformidade sensitiva, expressiva, estética, exploradora e inventiva da criança para tetanizar sua potência infamiliar.

A criança diante das imagens selecionadas pelo crivo familiar é conectada não apenas a determinada ordem do imaginário, por onde ela começa a enxergar o mundo que “deve” ser enxergado, mas também a se enxergar no mundo representado para ela. A sexualidade demandada para a criança, nessa situação, também exige um certo enxergar-se, desde que autorizado pelo familiar. O familiar é, então, a habitação decisiva de um projeto de subjetivação extensivo à toda virtualidade que se extrai da infância: o que será quando crescer; a cor de roupa usada como menino/a; a brincadeira correta para afirmar papéis sociais expectados; o currículo midiático das expressões controladas e serializadas; o corpo adequado à eficiência da norma produtiva etc.

Recuperar o lugar dos papéis sociais para lançá-los aos anéis de Saturno familiares e circuncêtricos é *leitmotiv* da imagosfera que domestica as possibilidades expressivas infamiliars. Há de ser assim, pois, demos voz a Freud (2019, p. 33, grifos originais),

[o] que é inovador torna-se facilmente assustador e *infamiliar* [...] O *infamiliar* seria propriamente algo do qual sempre, por assim

dizer, nada se sabe. Quanto mais uma pessoa se orienta por aquilo que se encontra a sua volta, menos é atingida pela impressão de *infamiliaridade* quanto às coisas ou aos acontecimentos.

O que sabemos das crianças, se elas são precipuamente infamiliars? Nada. Mas o que sabemos é fruto, em boa dose, de sua pedagogização integral, cuja experiência preliminar à escola se situa em sua imersão em uma imagsfera familiar.

Entretanto, para as crianças há tantas imagens selvagens e ainda não domadas. Elas não se destinam a reconhecerem-se familiares ou dotadas de molaridade identificatória. Se voltarmos às cargas de Deligny (2008), o/a educador/a, que não se pretende familiar, investe seu tempo em encontrar imagens infamiliars para criar espaço de trânsito, de errância, de especulação, de experimentação, de desvios e de desintoxicação expressiva para as crianças. Aqui, servindo-nos de Hausmann (1975, p. 32), “a visão, quando é criadora, é a configuração de tensões e distensões essenciais de um corpo; ela nunca é o centro frio e mecânico do visto”.

A esta altura, a/o leitora/o deve estar se indagando: mas onde estão as imagens infamiliars? Onde estão as sexualidades menores? Por que o artigo não localiza esta relação anunciada? Eis o autor fugindo do tema? É do familiarismo acadêmico buscar respostas para aquilo que não se tem. A frustração é estratégia política contraidentitária e compõe o infamiliar, questão de coerência neste texto. O que estou dizendo é: as imagens infamiliars são aquelas capazes de deslocar a criança dos celeiros da semiologia dominante. Tais imagens precisam ser garimpadas. Elas não estão no currículo instituído. Logo, jamais estariam em tom prescritivo na pena deste autor. Não obstante, experiências com cinema, figuras, desenhos, pinturas, esculturas etc. como uma “imagocracia”, diriam Carvalho e Leite (2018), isto é, a polivalência expressiva sem cabrestos, supõe um trabalho inteiro a ser deflagrado por cada um/a de nós.

A expectativa de se consolidar respostas, vício beligerante da busca pelo demasiado visível reprodutível, encontra-se ferido quando o investimento infamiliar da busca por imagens para e/ou com criança passa a ser concebido no mesmo quinhão do infamiliar. Educar o olhar, com o abuso da expressão, seria, assim, permitir que o olhar da criança seja *sem educação* (CARVALHO; LEITE, 2018), pois afeito ao infamiliar: *as crianças têm olhos*, é o suficiente.

Imaginemos um olho que não saiba nada das leis da perspectiva inventadas pelo homem, um olho que ignora a recomposição da lógica, um olho que não corresponde a nada do bem definido, mas que deve descobrir cada objeto na vida através de uma aventura perspectiva. [...] Imaginemos um mundo vivo, povoado de todo tipo de objetos incompreensíveis, trêmulo de inexplicáveis e intermináveis variações de movimentos e de cores. Imaginemos o mundo antes de “no começo era o Verbo” (BRAKHAGE, 1998, p. 19).

Os termos de Brakhage poderiam ser parafrazeados, visando ao encontro do infamiliar com as sexualidades menores, sim, que habitam as crianças: imaginemos sexualidades que nada saibam das leis do sexo inventadas pela sociedade humana burguesa, sexualidades que ignoram a recomposição da reprodução funcional, sexualidades que não correspondam a nada do bem definido, mas que devem descobrir o infamiliar a cada instante na vida através de uma aventura de experimentação. Imaginemos um mundo vivo, povoado de todo tipo de sexualidades incompreensíveis, trêmulo de inexplicáveis e intermináveis variações de expressões e de prazeres. Imaginemos as sexualidades antes do familiar.

Distantes da ebriedade do definitivo, desde as infâncias, as imagens infamiliars não sopesariam como valores díspares, mas tão somente como mais uma vibração de desejo e de possibilidade de experimentar a vida fora dos campos de concentração das imagens familiares. E, quem sabe assim, as crianças também não passariam a caminhar de mãos dadas com as infâncias que, a elas, ao menos, não lhes causam estranheza?

O devir-criança começa com a ideia de escapar da família, de casa. De sair do apartamento. E por essa atitude, ela se define imediatamente contra os estágios de desenvolvimento psicanalítico, a fixação, a territorialização sobre instâncias personificadas de *pèrèmère* (SCHÈRER, 2009, p. 205).

Eis um confronto subjacente a tudo o que é familiar. O neologismo usado por Schèrer, atribuído com razão a Deligny, *pèrèmère*, é mais do que a contração pai-mãe, lugar-tenente do familismo ou centro de convergência de valores autorizados para as crianças. Na impossibilidade de acessar sua acepção global em português, a sonoridade de sua pronúncia joga com duplicidades de sentidos. Todas, porém, recaem na cova do familiarismo. Pronunciando-se *pèrèmère*, temos *père est mère*, isto é, *pai é mãe*. No viés familiar edipiano, o inverso é verdadeiro (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Ademais, uma

cacofonia também é digna de nota: *pèreamer-* azedo, amargo ou amargurado –, então, pai amargo ou pai fonte de amargura. O familiar como azedume do infamiliar é a habitação fixa da ordem normal.

Entretanto, a criança sempre será o ensaio aberto contra a repetição dos mesmos signos que incidem sobre ela com suas garras ferozes e face monstruosa de consenso moral. Pensar-agir-experimentar em e com imagens infamiliares torna-se lugar de passagem obrigatória para as sexualidades menores, resistentes ao incitamento familiar, como se não houvesse vida com outras partilhas de modos de viver a vida. E isso não se ensina, se experimenta.

### INCONCLUIR PARA COMEÇAR DE OUTRO JEITO

“A criança está em posição permanente de resistência, de defesa contra o mundo adulto; ela elabora uma estratégia da qual traça as linhas” (SCHÈRER, 2009, p. 206). É o coeficiente infamiliar da criança a prova de sua resistência contra o mundo adulto. Este, por seu turno, superinveste a criança, desde sempre, com as expectativas modelares do familiar.

Como mostramos no artigo, aimagosfera é dimensão privilegiada que cuida de garantir coeficientes expressivos cotidianos para sedar a sensibilidade de insurgência passional – de *páthos*– da criança. Para tanto, uma única infância é circulada nos jogos expressivos da semiologia significativa e de dominação. Diante de si, a criança é confrontada com uma infância *a priori*. Ela a encontrará nos desenhos animados que assiste, nos filmes infantis prolongados em milhares de produtos comercializados, nos papéis generificados para meninas/os, enfim, em uma órbita própria na qual a criança deve gravitar de modo passível e normal. A sexualidade aí espelhada nada mais é do que um correlato do mesmo *a priori*, segredando nos ouvidos da infância o romance familiar para o qual devem se destinar.

Cioran (2017, p. 38) insistia que “o inferno seria o lugar onde se compreende, onde se compreende exacerbadamente”. A infância compreendida é esta mesma do lugar infernal do familiar, com todos seus códigos mumificadores de sentidos. A pedagogização da infância compreende-a demais; sabe muito da infância; pensa teorias e empirias tecidas com o mesmo material das camisas de força. Ela encontra na imagosfera vasto cenário de sua teatralização. Aqui, tudo converge para o “bem” da criança, bem familiar, diga-se. Daí o repique sobre suas sexualidades, postas reféns das boas intenções da proteção da infância com seus imensos círculos de prevenção.

Entretanto, e ainda assim, a criança não é o familiar, ela se torna familiarizada por confisco de sua expressividade singular. Ela insiste em se desviar; ela sintomatologiza o tempo todo a força de sua incompreensão, tentativa arranjada para sair do inferno familiar. Se as crianças têm orelha e olhos é porque carregam a potência da ação. Se nas experiências educativas elas pudessem experimentar imagens infamiliarias, o que lhes desponta como desqualificativo poderia ser apreendido como vivível, pois é o singular que interessa e não a conjugação do mesmo.

Por isso é que pensamos não caminhos, formas prontas ou estratégias “didáticas” para aflorar ou defender as sexualidades menores. Elas já estão para as crianças, assim como as crianças estão para o infamiliar. Transicionar com e a partir de imagens infamiliarias não é ensinar nada às crianças ou pretensamente educá-las, vislumbrando a finalidade ulterior de suas sexualidades. Trata-se de estar ao lado, também como um infamiliar, sem credos ressurrecionais de significações molares.

## REFERÊNCIAS

AMARAL E SILVA, Eder. **A cruzada das crianças: constelações da infância à penumbra**. 2016, 299f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BRAKHAGE, Stan. **Métaphores et vision**. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1998.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **História e subjetividade no pensamento de Michel Foucault**. 2007, 242 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; LEITE, César Donizetti Pereira. “Inventividade nas imagens errantes: micropolítica estética e devir-infância”. In. RODRIGUES, Allan de Carvalho et alli (Orgs.). **Filosofia da educação em errância: inventar escola, infâncias do pensar**. Rio de Janeiro: NEFI, 2018.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. “O *linguagir* surdo: Guattari e a função dos grupo-sujeitos nos movimentos de resistência surda”. In. MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira et alli. **#CasaLibras- Educação de surdos, Libras e**

infância. Ações de resistências educativas na pandemia da Covid - 19. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio. **Do sedentarismo ao nomadismo**: intervenções do pensamento das diferenças para a educação. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2022.

CIORAN, Emil. **De l'inconvénient d'être né**. Paris: Gallimard, 2017.

DE LAUWE. **Um outro mundo**: a infância. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1991.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Oanti-Édipo**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **La imagenmovimiento**. Estudios sobre cine 1. Barcelona: Paidós, 2015.

DELIGNY, Fernand. **O aracninano e outros textos**. São Paulo: N-1, 2018.

DELIGNY, Fernand. "Les enfants ont des oreilles". **Oeuvres. Quetigny**: Éditions L'Arachnéen, 2008, p. 233-250.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. "Animismo e indeterminação em 'Das Unheimlich'". In. FREUD, Sigmund. **O infamiliar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 199-218.

FREUD, Sigmund. **O infamiliar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. História das violências nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: WFM, 2015.

GUATTARI, Félix. **Quelques notes sur l'enfance:** de la protection de l'enfance au travail familial. Quelques éléments pour une expérimentation. Saint-Germain-la-Blanche-Herbe. Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine – IMEC, GTR 66.18. Arquivo consultado em 1 jul. 2022.

GUATTARI, Félix. **Lignes de fuites.** Pour un autre monde de possibles. Paris: L'Aube, 2011.

GUATTARI, Félix. **La révolution moléculaire.** Paris: Les Prairies Ordinaires, 2012.

GUATTARI, Félix. **Qu'est-ce que l'écosophie?** Abbaye d'Ardenne: IMEC, 2013.

HAUSMANN, Raoul. “Manifeste de 1921”. In. **Je ne suis pas un photographe.** Coll. L'œil absolu. Paris: Chêne, 1975.

REDEKER, Robert. **La fábrica del hombre nuevo.** Bogotá: Luna Libros, 2014.

SCHÈRER, René; HOCQUENGHEM, Guy. **Co-ire:** album systématique de l'enfance. Fontenay-sous-Bois: Reveudu CERFI, 1976.

SCHÈRER, René. “Non à l'amalgame”. **Libération**, Tribunes, 13 mars 2001. Paris. Disponível em: [https://www.liberation.fr/tribune/2001/03/13/non-a-l-amalgame\\_357669/](https://www.liberation.fr/tribune/2001/03/13/non-a-l-amalgame_357669/). Acesso em 28 jun. 2022.

SCHÈRER, René. **Infantis.** Charles Fourier e a infância para além das crianças. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe. **Cultura infantil.** A construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

*Recebido em 09 de julho de 2022*

*Aprovado em 22 de setembro de 2022*